

HABEAS CORPUS Nº 502.336 - RJ (2019/0094677-2)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MARIANGELA BENEDETTO GIUSTI - RJ165552
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : JORGE FRANCISCO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em benefício de JORGE FRANCISCO, em face de v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**, nos autos do Agravo em Execução n. 0257520-96.2018.8.19.0001.

Aduz a impetrante, na inicial do presente **writ**, em síntese, que o paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal, uma vez que o eg. Colegiado estadual cassou decisão do Juízo das Execuções que havia concedido a progressão ao regime aberto, sem fundamentação idônea.

Sustenta que a inexistência de atividade laborativa lícita, a gravidade dos crimes praticados e a longa pena a cumprir não constituem óbices à progressão de regime pleiteada pelo paciente.

Requer, ao final, o deferimento do pedido liminar para que o paciente permaneça no regime aberto até o julgamento do mérito do presente **writ**.

É o relatório.

Decido.

Inicialmente, é preciso destacar que para a concessão do benefício da progressão de regime, deve o acusado preencher os requisitos de natureza objetiva (lapso temporal) e subjetiva (bom comportamento carcerário), nos termos do art. 112 da Lei de Execuções Penais.

Ademais, o art. 114 da LEP impõe condições para o ingresso do condenado em regime aberto, tais como comprovação de que esteja trabalhando ou a possibilidade de fazê-lo imediatamente.

No caso, da análise perfunctória própria dos pedidos liminares, observa-se que o eg. Tribunal considerou que *"No presente caso, destaca-se que o Agravado não exerce atividade laborativa lícita, tampouco comprovou a possibilidade de fazê-lo, sendo tal requisito imprescindível para a progressão, de forma a confirmar o senso de autodisciplina e responsabilidade neste regime."* (fl. 88), e mencionou, ainda, aspectos negativos do exame criminológico realizado, motivo pelo qual entendeu pela ausência requisitos necessários, nos termos do art. 114, inciso II da LEP.

O exame perfunctório, portanto, não permite a constatação de indícios suficientes para a configuração do **fumus boni iuris**, não se configurando, **de plano**, flagrante ilegalidade a ensejar a concessão da medida de urgência.

Ante o exposto, **indefiro o pedido liminar**.

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas ao Juízo de primeira instância, e ao eg. Tribunal de origem.

Após, vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. e I.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator